

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS (MPE/TO)

Concurso Público
Nível Superior

Caderno: SC

Aplicação: 6/8/2006

CARGO 3:

ANALISTA MINISTERIAL ESPECIALIZADO
ESPECIALIDADE: ASSISTÊNCIA SOCIAL

MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — Caderno SC — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 Recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 6 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar o seu caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (DATAS PROVÁVEIS)

- I 8/8/2006, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006.
- II 9 e 10/8/2006 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 13/9/2006 – Resultados finais das provas objetivas e do concurso: Diário Oficial do Estado do Tocantins e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1/2006 – MPE/TO – ADMINISTRATIVO, de 16/5/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/mpetoadm2006.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

CESPE UnB
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

O mercado da privacidade

1 Entre outros absurdos da vida norte-americana, importamos a delação premiada, que ameniza a pena, em
4 falsos testemunhos contra pessoas inocentes e se acatam denúncias caluniosas a serviço da inveja e da vingança. Alega-se o presumido benefício maior, na proteção da
7 sociedade contra o crime, mas o efeito real é o de transformar os delatores em trapos — se ainda não os são — e, em muitos casos, causar a morte moral de pessoas
10 honradas.

Sendo, como é, uma aventura da matéria, a vida dos homens só se justifica como o pleno exercício de ser.
13 Liberdade é o direito natural que temos de fazer tudo o que desejarmos, desde que, nesse livre-arbítrio, não causemos danos aos outros. Na síntese política de um mestiço, o
16 mexicano Benito Juarez, o direito alheio é a paz.

A liberdade reclama também aquilo a que hoje chamamos privacidade. Todos nós temos direito a espaços
19 invioláveis aos olhos e aos ouvidos alheios. Seja pelo pudor, por timidez, pelo prazer ou pela conveniência, a nossa vida pessoal deve ser resguardada. Ela é a extensão social de
22 nosso corpo, de nossa alma, com sua única transcendental realidade. Ao incentivar a delação e ao fazer dos registros oficiais um bem de mercado, o Estado deixa de ser o
25 guardião da liberdade.

Mauro Santayana. *Jornal do Brasil*, 11/6/2006 (com adaptações).

Com referência ao texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 A idéia defendida nesse texto é a de que o Estado, ao estimular a delação premiada, transforma a privacidade em bem de mercado e deixa de ser guardião da liberdade.
- 2 Depreende-se do texto que a delação premiada, cujo fundamento advém do direito dos Estados Unidos, contempla o exercício do livre-arbítrio — direito natural de se fazer tudo que se deseja —, mas fere direito alheio.
- 3 A oração “que ameniza a pena, em troca do pecado” (l.2-3) poderia, com igual correção, estar expressa com a seguinte estrutura: onde, em troca do pecado, ameniza-se a pena.
- 4 Por comporem oração com sujeito indeterminado, as formas verbais “estimulam-se” (l.3) e “se acatam” (l.4) poderiam estar, conforme faculta a norma gramatical, flexionadas no singular, tal como ocorre com “Alega-se” (l.6).
- 5 Na linha 8, a oração entre travessões poderia, com correção gramatical e de forma mais enfática, assim ser expressa: se caso ainda não os sejam.
- 6 Mantém o sentido original do texto a seguinte reescrita do período “Sendo, como é, (...) exercício de ser” (l.11-12): Somente se a vida dos homens for uma aventura da matéria é que ela poderia justificar o pleno exercício de ser.
- 7 O trecho “não causemos danos aos outros” (l.14-15) poderia ser corretamente substituído por: não provoquemos prejuízo às outras pessoas.

Privatização da liberdade

1 Zygmunt Bauman põe o dedo na ferida ao denunciar o limite da liberdade na modernidade capitalista: pode-se
4 imaginar um mundo melhor que este em que vivemos. Quando muito, fica-se no conserto da casa, a reforma do telhado, a pintura das paredes, sem que se questionem a
7 própria arquitetura da casa e, muito menos, o modo de convivência dos que a habitam.

Os mais progressistas até admitem que, na reforma,
10 o quarto de empregada seja deslocado do exterior para o interior da casa. Até aqui o limite da lógica capitalista. Além disso, suprime-se a liberdade de quem ousa propor que não
13 haja quarto de empregada nem empregada.

Segundo Pierre Bourdieu, uns olham a sociedade com olhos cínicos e outros, com olhos clínicos. Os primeiros
16 julgam inquestionável o atual modelo de sociedade fundado na apropriação privada da riqueza e dele procuram tirar proveito, considerando justo o que reforça seus privilégios e
19 injusto o que os ameaça. Os “clínicos” enxergam um palmo abaixo do chão em que pisamos e reconhecem as intrincadas relações sociais que produzem, à superfície, tamanha
22 desigualdade entre os 6,5 bilhões de habitantes desta nave espacial chamada Terra.

Frei Betto. *In: Caros Amigos*, abril/2006, p. 8 (com adaptações).

Com relação à compreensão e interpretação do texto acima, bem como a aspectos morfosintáticos, julgue os seguintes itens.

- 8 A expressão “põe o dedo na ferida” (l.1) tem sentido conotativo (figurado).
- 9 O trecho “sem que se questionem” (l.6) é equivalente tanto a **não se questionando** quanto a **não sendo questionado**.
- 10 Pelos sentidos construídos no texto, questionar “o modo de convivência” (l.7-8) dos que habitam uma casa corresponde a questionar o modelo atual de sociedade fundado na apropriação privada da riqueza.
- 11 De acordo com o texto, a apropriação privada da riqueza resulta na privatização da liberdade, o que significa liberdade limitada concedida aos cidadãos.
- 12 O segundo parágrafo, de forma figurada, trata de inclusão social em uma visão reformista e progressista do Estado.
- 13 Atenderia à norma gramatical a substituição da forma verbal “haja” (l.13) pela forma **existam**.
- 14 No trecho “considerando justo o que reforça seus privilégios” (l.18), o segmento sublinhado corresponde a **o modelo que**.
- 15 De acordo com o trecho final do texto, as emaranhadas relações sociais são responsáveis pela imensa desigualdade entre os habitantes do planeta.

O *juridiquês* e outras falas

1 Tem razão o prof. Tércio Sampaio Ferraz, da
Faculdade de Direito da USP, quando distingue entre o
alambicado e o técnico. Se associações de juizes vêm
4 criticando, com bons fundamentos, os abusos do *juridiquês*
— linguagem rebuscada utilizada por muitos advogados e
membros do Judiciário —, é necessário preservar termos
7 técnicos não só do Direito, mas de outras áreas do
conhecimento que fazem todo o sentido na comunicação
entre especialistas. Linguagem rebuscada não é privilégio
10 dos bacharéis, mas estes esmeram-se na exibição de floreios,
enquanto outros profissionais optam mais pela linguagem
técnica. Mas a linguagem técnica tem limites quando
13 utilizada na comunicação com os leigos.

De onde viria a concentração do rebuscamento no
mundo dos bacharéis? Alberto Venâncio Filho, autor do livro
16 **Das arcadas aos bacharéis: 150 anos de ensino jurídico
no Brasil**, faz alusão à influência da Universidade de
Coimbra, transmitida de geração a geração, assim como à
19 fala prolixa de Rui Barbosa. Com todo o respeito a esse
ícone do universo jurídico, lembro-me de um exemplo que
corroborava a referência feita pelo acadêmico Venâncio. Em
22 certa ocasião, deparei-me com um advogado lendo um
alentado volume de Rui, sobre as virtudes e males de
diferentes regimes políticos. Como eu lhe perguntasse se
25 tinha interesse especial no assunto, respondeu-me que nem
tanto: lia qualquer coisa escrita pelo mestre, para aprimorar
o estilo.

28 Em matéria publicada na **Folha de S.Paulo** em
2005, o presidente do STJ, Edson Vidigal, afirma com muita
propriedade que o *juridiquês* “é como latim em missa:
31 acoberta um mistério que amplia a distância entre a fé e o
fiel; do mesmo modo [isso ocorre] entre o cidadão e a lei”.
Que outro propósito, consciente ou inconsciente, teriam
34 as ilegíveis receitas de alguns médicos que o cidadão,
convertido em analfabeto, entrega à decifração dos
atendentes de farmácias?

Boris Fausto. *Memória e história*. São Paulo: Graal, 2005. p. 119-21 (com adaptações).

Com relação à compreensão e à interpretação do texto acima bem
como a aspectos morfossintáticos, julgue os próximos itens.

- 16 O autor do texto julga que a linguagem utilizada pelos
bacharéis de direito deve-se mais à influência do estilo de
escrita de Rui Barbosa na linguagem forense do que à
remanescente influência da Universidade de Coimbra na
formação desses profissionais.
- 17 O exemplo apresentado no segundo parágrafo do texto é
insuficiente para inferir-se que os juristas não se interessam
por conhecimentos da ciência política.
- 18 Sem prejuízo para o sentido e para a correção gramatical do
texto, a oração “que fazem todo o sentido na comunicação
entre especialistas” (ℓ.8-9) poderia ocupar, desde que
precedida de vírgula, a posição após a expressão “termos
técnicos” (ℓ.6-7).
- 19 O segmento “optam mais pela linguagem técnica” (ℓ.11-12)
poderia ser corretamente substituído por: preferem mais a
linguagem técnica.

20 São distintos os sentidos dos segmentos “entrega à
decifração dos atendentes de farmácias” (ℓ.35-36) e **entrega
a decifração aos atendentes de farmácias**.

21 Com base na comparação apresentada no último parágrafo
do texto, é correto concluir que o “*juridiquês*” prejudica o
exercício pleno da cidadania.

1 Em matéria na **Folha de S.Paulo**, o ministro do
STF Carlos Veloso fala dos erros mais freqüentes de
advogados quando se manifestam em latim, sem nada
4 conhecerem do vetusto idioma. Lembro-me, a respeito, de
duas histórias. Uma, verdadeira, de um advogado que, ao ser
informado pelo juiz de que uma audiência fora adiada sem
7 previsão de nova data, pede uma confirmação, expressando-
se em “anglo-latim”: “Meritíssimo, então a audiência foi
adiada *saine dai* (*sine die*)? A segunda história, quem sabe
10 verdadeira, fala de um juiz que, ao despachar uma petição,
pergunta ao advogado se está no prazo de três dias, fixado
para determinados atos processuais. À pergunta “o senhor
13 está no tríduo?”, segue-se a educada resposta: “Obrigado,
meritíssimo, já almocei (estou nutrido), mas aceito um
cafezinho.”

16 Por outro lado, a fala popular, expressa no âmbito
forense, tem particular interesse, tanto do ponto de vista
sociológico quanto lingüístico. A inventiva de expressões
aparentemente incorretas, mas que fazem sentido —
19 “o ladrão se escondeu num terreno vadio” ou “quem não
deve não treme” — é um objeto atraente. Também as
narrativas que envolvem atitudes perante “os que mandam”
22 são um campo fértil. Em condições restritas, em regra,
intimidatórias, os réus têm a possibilidade de se manifestar
ao serem interrogados. Muitas vezes, fogem ao discurso
25 ensaiado com os advogados, para argüirem legítima defesa
ou circunstâncias atenuantes, preferindo “contar os fatos
como eles se passaram”, mesmo com o risco de sofrerem
28 uma condenação.

Por aí se vê que o mundo jurídico, tão formal,
31 inclui, ao mesmo tempo, vozes incontroláveis.

Idem, ibidem.

Com base nesse texto, julgue os próximos itens.

- 22 Segundo o autor do texto, as frases da fala popular por ele
mencionadas, mesmo não correspondendo às de uso mais
corrente, são coerentes.
- 23 A expressão “vetusto idioma” (ℓ.4) tem o mesmo significado
de **rebuscada língua**.
- 24 No trecho “ao ser informado pelo juiz de que uma audiência
fora adiada” (ℓ.5-6), a supressão da preposição “de”
acarretaria erro gramatical.
- 25 Caso um chefe de departamento do serviço público
resolverse recomendar aos funcionários o emprego da
linguagem simples, sem floreios, o expediente de
comunicação oficial mais adequado e ágil para tal seria o
parecer técnico acompanhado da exposição de motivos.

Texto para os itens de 26 a 34

Somos eternos severinos

O nordestino morre mais cedo, passa menos tempo na escola e recebe um salário menor que o da média nacional. Apesar de todas as estratégias e modelos tentados, a região, 50 anos depois de **Morte e Vida Severina**, ainda apresenta indicadores inferiores aos nacionais. Isso não significa um quadro de estagnação. A média de crescimento tem se mantido acima do restante do Brasil, mas há um enorme fosso a ser ultrapassado. “Não houve queda sensível na disparidade de renda”, afirma Alexandre Rands Barros, da Datamétrica, empresa de consultoria sediada no Recife.

Correio Braziliense, Caderno Pensar, 24/6/ 2006, p. 3 (com adaptações).

Tomando o texto acima como referência inicial, julgue os itens que se seguem, referentes às disparidades regionais brasileiras.

- 26 Apesar de o crescimento econômico relativo ser superior à média nacional, a região nordestina brasileira não alcança um padrão de desenvolvimento com distribuição de renda.
- 27 A distribuição da riqueza no Nordeste brasileiro, equilibrada nos tempos coloniais, sofreu modificações apenas nas últimas décadas.
- 28 **Morte e Vida Severina**, auto de natal escrito por João Cabral de Melo Neto há cerca de cinco décadas, expressa a dura saga do retirante nordestino.
- 29 O retirante do sertão nordestino, ao migrar para as capitais da região, encontra condições sociais favoráveis, nos dias atuais, para seu pleno desenvolvimento.
- 30 O fenômeno migratório, em todo o mundo, deve-se mais à deterioração da qualidade de vida das populações em seus *habitat* naturais do que às reais possibilidades de melhorar a vida na nova região que abriga o migrante.

Ainda a partir do texto, e a propósito da relevância da obra **Morte e Vida Severina** para a literatura nacional, julgue os itens seguintes.

- 31 **Morte e Vida Severina** ainda é um texto forte em parte porque o que nele se denuncia permanece sendo real, apesar do esforço de superação da miséria tanto no Nordeste quanto em várias partes do território nacional.
- 32 A vontade da denúncia e o realismo das agruras do retirante eliminam a beleza estética e o valor literário de **Morte e Vida Severina** em favor do engajamento político-social.
- 33 A transposição dessa obra para o teatro, o cinema e a televisão permitiu ampliar o debate em torno do subdesenvolvimento nacional e da condição humana das populações miseráveis do Brasil.
- 34 O tema da miséria, tratado literariamente na obra, é exclusivo da realidade social do Brasil e do seu entorno geográfico.

O final de 2005 e os primeiros meses de 2006 foram marcados, na América Latina, por relevantes processos eleitorais que levaram ao poder, em alguns países, presidentes com idéias políticas um pouco diferenciadas em relação ao ideário político que predominou na região na década passada. A propósito dessas eleições e seus impactos, julgue os itens subseqüentes.

- 35 A eleição do boliviano Evo Morales se deu com a manutenção das políticas econômicas do consenso de Washington.
- 36 No México, a eleição de Felipe Calderón por ampla maioria de votos, sem contestação e sem desafio de nenhum outro candidato, demonstrou a força do nacionalismo antiamericano no seio da sociedade mexicana.
- 37 No Chile, a chegada de Michelle Bachelet ao poder demonstra que houve, no Cone Sul, uma opção política de ruptura completa com o liberalismo econômico.
- 38 A eleição de Alan Garcia, no Peru, significou, em alguma medida, a contenção da influência que o presidente Chávez, da Venezuela, tentou impor aos peruanos.
- 39 A diplomacia brasileira, ante a delicadeza das eleições em vários países da região, vem mantendo certa distância e evitando interferência nesses processos eleitorais.

As rebeliões em presídios paulistas, conduzidas recentemente por grupos criminosos organizados, despertaram a sociedade brasileira, que ficou atônita ante as limitações do sistema de proteção e segurança dos seus cidadãos. A propósito desses aspectos, julgue os próximos itens.

- 40 A vida nas grandes cidades, inspiradoras de sonhos dos que deixaram o campo nas últimas décadas de urbanização desenfreada no Brasil, deteriora-se de forma crescente no que concerne à segurança das pessoas.
- 41 A segurança cidadã, embora um item cada vez mais presente nas agendas políticas de candidatos aos Poderes Legislativo e Executivo, não mereceu ainda um tratamento profissional e eficaz no combate à violência urbana no Brasil.
- 42 Acompanhando a experiência internacional, a ótica da força pela força e da via única da violência de Estado deve ser a única política pública brasileira de combate aos referidos grupos.
- 43 Mesmo com uma boa base de pessoal envolvido e até mesmo com uma remuneração adequada para as hierarquias mais elevadas das corporações, a segurança pública no Brasil não vem conseguindo realizar sua tarefa fundamental de proteção do cidadão de bem.

Texto I – para os itens de 44 a 55

Uma proposição é uma afirmativa que pode ser avaliada como verdadeira (V) ou falsa (F), mas não ambos. É usual denotar uma proposição com letras maiúsculas: A, B, C. Simbolicamente, $A \wedge B$, $A \vee B$ e $\neg A$ representam proposições compostas cujas leituras são: A e B, A ou B e não A. A proposição $A \rightarrow B$ tem várias formas de leitura: A implica B, se A então B, A somente se B, A é condição suficiente para B, B é condição necessária para A etc. Desde que as proposições A e B possam ser avaliadas como V ou F, então a proposição $A \wedge B$ é V se A e B forem ambas V, caso contrário, é F; a proposição $A \vee B$ é F quando A e B são ambas F, caso contrário, é V; a proposição $A \rightarrow B$ é F quando A é V e B é F, caso contrário, é V; e, finalmente, a proposição $\neg A$ é V quando A é F, e é F quando A é V.

Uma argumentação é uma seqüência finita de k proposições (que podem estar enumeradas) em que as $(k - 1)$ primeiras proposições ou são premissas (hipóteses) ou são colocadas na argumentação por alguma regra de dedução. A k -ésima proposição é a conclusão da argumentação.

Sendo P, Q e R proposições, considere como regras de dedução as seguintes: se P e $P \rightarrow Q$ estão presentes em uma argumentação, então Q pode ser colocada na argumentação; se $P \rightarrow Q$ e $Q \rightarrow R$ estão presentes em uma argumentação, então $P \rightarrow R$ pode ser colocada na argumentação; se $P \wedge Q$ está presente em uma argumentação, então tanto P quanto Q podem ser colocadas na argumentação.

Duas proposições são equivalentes quando tiverem as mesmas avaliações V ou F. Portanto, sempre podem ser colocadas em uma argumentação como uma forma de “reescrever” alguma proposição já presente na argumentação. São equivalentes, por exemplo, as proposições $A \rightarrow B$, $\neg B \rightarrow \neg A$ e $\neg A \vee B$. Uma argumentação é válida sempre que, a partir das premissas que são avaliadas como V, obtém-se (pelo uso das regras de dedução ou por equivalência) uma conclusão que é também avaliada como V.

Com base nas informações do texto I, julgue os itens que se seguem.

- 44 É correto afirmar que, simbolizada adequadamente, a argumentação abaixo é válida.
1. Se um casal é feliz, então os parceiros têm objetivos comuns.
 2. Se os parceiros têm objetivos comuns, então trabalham no mesmo Ministério Público.
 3. Há rompimento se o casal é infeliz.
 4. Há rompimento se os parceiros não trabalham no mesmo Ministério Público.
- 45 A seqüência de proposições abaixo não é uma argumentação válida.
1. Se Filomena levou a escultura ou Silva mentiu, então um crime foi cometido.
 2. Silva não estava em casa.
 3. Se um crime foi cometido, então Silva estava em casa.
 4. Filomena não levou a escultura.

46 A proposição P: “Ser honesto é condição necessária para um cidadão ser admitido no serviço público” é corretamente simbolizada na forma $A \rightarrow B$, em que A representa “ser honesto” e B representa “para um cidadão ser admitido no serviço público”.

47 Não é possível avaliar como V a proposição $(A \rightarrow B) \wedge A \wedge (C \vee \neg A \vee \neg C)$.

48 Considere o seguinte texto: “Se há mais pares de sapatos do que caixas para acomodá-los, então dois pares de sapatos são colocados em uma mesma caixa. Dois pares de sapatos são colocados em uma mesma caixa. Conclui-se então que há mais pares de sapatos do que caixas para acomodá-los”. Nesse caso, o texto expressa uma argumentação que não é válida.

49 Considere que em uma argumentação uma premissa seja “Se um número x é divisível por 6 então x é divisível por 3”. Se a conclusão da argumentação for “Se um número x é divisível por 6, então a soma de seus algarismos é divisível por 3”, é correto afirmar que a proposição “Se x é divisível por 3, então a soma de seus algarismos é divisível por 3” tem de ser outra premissa dessa argumentação.

50 Considere uma argumentação em que as duas proposições simbólicas abaixo são premissas, isto é, têm avaliação V.

1. $(A \wedge \neg B) \rightarrow C$
2. $\neg C$

Neste caso, se a conclusão for a proposição $(\neg A \vee B)$, tem-se uma argumentação válida.

Texto II – para os itens de 51 a 55

Proposições também são definidas por predicados que dependem de variáveis e, nesse caso, avaliar uma proposição como V ou F vai depender do conjunto onde essas variáveis assumem valores. Por exemplo, a proposição “Todos os advogados são homens”, que pode ser simbolizada por $(\forall x)(A(x) \rightarrow H(x))$, em que $A(x)$ representa “ x é advogado” e $H(x)$ representa “ x é homem”, será V se x pertencer a um conjunto de pessoas que torne a implicação V; caso contrário, será F. Para expressar simbolicamente a proposição “Algum advogado é homem”, escreve-se $(\exists x)(A(x) \wedge H(x))$. Nesse caso, considerando que x pertença ao conjunto de todas as pessoas do mundo, essa proposição é V.

Na tabela abaixo, em que A e B simbolizam predicados, estão simbolizadas algumas formas de proposições.

| proposição | forma simbólica |
|--------------|--------------------------------------|
| todo A é B | $(\forall x)(A(x) \rightarrow B(x))$ |
| nenhum A é B | $\neg (\exists x)(A(x) \wedge B(x))$ |

A partir das informações dos textos I e II, julgue os itens subseqüentes.

51 A proposição “Nenhum pavão é misterioso” está corretamente simbolizada por $\neg (\exists x)(P(x) \wedge M(x))$, se P(x) representa “ x é um pavão” e M(x) representa “ x é misterioso”.

52 Considerando que $(\forall x)A(x)$ e $(\exists x)A(x)$ são proposições, é correto afirmar que a proposição $(\forall x)A(x) \rightarrow (\exists x)A(x)$ é avaliada como V em qualquer conjunto em que x assuma valores.

- 53** Considere que as proposições “Todo advogado sabe lógica” e “Todo funcionário do fórum é advogado” são premissas de uma argumentação cuja conclusão é “Todo funcionário do fórum sabe lógica”. Então essa argumentação é válida.
- 54** Considere uma argumentação em que duas premissas são da forma
1. Nenhum A é B.
 2. Todo C é A.
- e a conclusão é da forma “Nenhum C é B”. Essa argumentação não pode ser considerada válida.
- 55** A proposição $(\forall x) ((x > 0) \rightarrow (x + 2) \text{ é par})$ é V se x é um número inteiro.

Em cada um dos itens subseqüentes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 56** Em um lote de 20 processos, há 3 processos cujos pareceres estão errados. Aleatoriamente, um após o outro, 3 processos foram retirados desse lote. Nesse caso, a probabilidade de que os 3 processos retirados não estejam com os pareceres errados é superior a 0,6.
- 57** Uma concessionária oferece aos clientes as seguintes opções para a aquisição de um veículo: 4 cores externas, 4 cores internas, 4 ou 5 marchas, com ou sem ar condicionado, com ou sem direção hidráulica, com ou sem vidros e travas elétricas. Desse modo, são, no máximo, 128 as opções distintas para a escolha de um veículo.
- 58** Os ramais de telefone em uma repartição têm 4 dígitos, formatados com os algarismos 0, 1, ..., 9. Se esses números possuem pelo menos um dígito repetido, então a quantidade de números de ramais que é possível formar é superior a 4.000.
- 59** Um juiz deve sortear 5 homens e 6 mulheres para formar o corpo de jurados no tribunal do júri, entre 10 homens e 13 mulheres convocados. Nessa situação, o número de possibilidades diferentes de se formar o corpo de jurados é inferior a 1.970.
- 60** Uma empresa possui 13 postos de trabalho para técnicos em contabilidade, 10 para técnicos em sistemas operacionais e 12 para técnicos em eletrônica. Alguns técnicos ocupam mais de um posto de trabalho, isto é, 4 são técnicos em contabilidade e em sistemas operacionais, 5 são técnicos em sistemas operacionais e em eletrônica e 3 possuem todas as três especialidades. Nessas condições, se há 22 técnicos nessa empresa, então 7 deles são técnicos em contabilidade e em eletrônica.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O liberalismo e o materialismo histórico dialético têm concepções antagônicas acerca de políticas sociais. Com relação a essas concepções, julgue os itens a seguir.

- 61** Na concepção do liberalismo, a história compõe-se de evoluções e de involuções diretamente relacionadas à vontade humana.
- 62** O liberalismo compreende a política social como uma técnica resultante da ciência social aplicada.
- 63** O materialismo histórico dialético entende o Estado como resultado do consenso obtido entre as classes sociais.
- 64** Na concepção do materialismo histórico dialético, a política social pode ser uma estratégia capaz de manter a desigualdade social, colaborando para o funcionamento do capitalismo.
- 65** O liberalismo considera as políticas sociais uma forma de adequar a realidade ao movimento natural da história em proveito da normalidade social.

Acerca das competências do Ministério Público (MP) estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue os seguintes itens.

- 66** Compete ao MP promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência, inclusive os definidos no art. 220, § 3.º, inciso II, da Constituição Federal, que trata de programas ou programação de rádio e televisão.
- 67** É competência do MP impetrar mandado de segurança, de injunção e *habeas corpus* em qualquer juízo, instância ou tribunal, na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis afetos à criança e ao adolescente.
- 68** Ao zelar pelo efetivo respeito aos direitos e às garantias legais assegurados a crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, o MP pode entender-se diretamente com a pessoa ou autoridade reclamada em dia, local e horário previamente notificados ou acertados.
- 69** Nos processos e procedimentos em que não for parte, o MP pode atuar na defesa dos direitos e interesses de que cuida o ECA, hipótese em que apenas terá vista dos autos, sem, contudo, poder realizar diligências ou juntar documentos.
- 70** Em todos os casos, a intimação do MP deve ser feita por correspondência encaminhada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Com relação à Lei n.º 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, julgue os itens que se seguem.

- 71** Os banheiros de uso público, já existentes ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos, devem ser acessíveis, e todos os seus sanitários e lavatórios devem atender às especificações das normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- 72** Os serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão) devem adotar medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou de outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva.
- 73** As organizações representativas de pessoas portadoras de deficiência têm legitimidade para acompanhar o cumprimento dos requisitos de acessibilidade estabelecidos na lei.

A respeito do Benefício da Prestação Continuada (BPC), um direito garantido pela Constituição Federal e integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), julgue os itens seguintes.

- 74** Um dos requisitos para o recebimento do BPC é que a renda familiar por pessoa não ultrapasse determinado teto. Para se calcular essa renda, incluem-se esposa(o), companheira(o), filho(a)s não emancipado(a)s, de qualquer condição, menores de 21 anos de idade ou inválido(a)s, irmãos/irmãs não emancipado(a)s, de qualquer condição, menores de 21 anos de idade, ou inválidos, pai e mãe, desde que vivam sob o mesmo teto que o requerente.
- 75** O Estatuto do Idoso, promulgado após a Lei Orgânica da Assistência Social que regulamentou o BPC, reduziu de 67 para 65 anos a idade mínima para que o benefício seja requerido, transformando-o em uma aposentadoria com direito inclusive ao recebimento de 13.º pagamento.

Julgue os itens que se seguem, a respeito de benefícios eventuais, serviços, programas de assistência social e projetos de enfrentamento de pobreza definidos na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

- 76** Benefícios eventuais são aqueles que visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte às famílias cuja renda mensal familiar seja inferior a um salário mínimo. Esses benefícios são regulamentados mediante critérios e prazos definidos exclusivamente pelos conselhos de assistência social dos municípios e devem ser concedidos com recursos do orçamento municipal.
- 77** Na organização de serviços de assistência social, devem ser criados programas de amparo a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social e a pessoas que vivam em situação de rua.
- 78** Programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.
- 79** Os projetos de enfrentamento da pobreza têm o objetivo exclusivo de captar recursos financeiros a serem distribuídos aos grupos populares de forma a garantir sua subsistência.

De acordo com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS 2005), a proteção social básica opera por meio da atenção à família, a seus membros e a indivíduos mais vulneráveis. Sua unidade de medida é a família referenciada em razão da metodologia de fortalecimento do convívio familiar, do desenvolvimento da qualidade de vida da família na comunidade e no território onde vive. Em relação à concepção de família referenciada, julgue os itens subsequentes.

- 80** Considera-se família referenciada aquela que vive em áreas caracterizadas como de vulnerabilidade, definidas a partir de indicadores estabelecidos por órgão federal, pactuados e deliberados.
- 81** A proteção social deve orientar-se por uma escala gradual de cobertura de famílias em maior vulnerabilidade, até alcançar a todos os que dela necessitarem, em territórios em condição de vulnerabilidade social.
- 82** A unidade de medida família referenciada não deve ser adotada para atender famílias que demandam do ente público proteção social, mas vivem fora dos agregados territoriais definidos como áreas de vulnerabilidade.
- 83** A unidade de medida família referenciada não alcança as famílias de beneficiários do BPC, de benefícios financeiros na forma de bolsa familiar, de auxílio financeiro voltado às ações de erradicação do trabalho infantil e de bolsa para a juventude, pois esses beneficiários recebem recursos em caráter permanente.

Considerando o conceito de cidadania na perspectiva de uma democracia radical, plural e que transcende os princípios do liberalismo, julgue os itens a seguir.

- 84** O cidadão tem autonomia e plena capacidade de intervir nos negócios da sociedade e do Estado sem qualquer tipo de mediação institucional.
- 85** A cidadania é um processo de construção permanente de direitos e depende da capacidade dos indivíduos de atuarem sobre o espaço público para instituir direitos que se referem a interesses particulares ou específicos.
- 86** Para o exercício da plenitude da autonomia, as leis não são apenas dispensáveis, são também impeditivas, na medida em que representam uma forma de controle e interferência na autonomia do cidadão.
- 87** A cidadania não comporta conflitos ou confrontos como meio de garantia de direitos, como também não aceita críticas ao consenso social obtido.
- 88** Uma vez conquistada, a cidadania é considerada irreversível e, portanto, incorporada ao sujeito que a constituiu.
- 89** A cidadania assenta-se em princípios que não se limitam à escolha de representantes pelo voto e expande a política para áreas anteriormente consideradas privadas.

A formulação do objetivo que vai guiar todo o processo de avaliação é fundamental para sua qualidade, assim como é necessário ter clareza dos objetivos e metas do programa para mensurar o grau de mudanças essenciais a uma intervenção social. Para tanto, constroem-se indicadores capazes de dimensionar e compreender relações, movimentos, percepções, interpretações e eficiência, eficácia, efetividade e resultados das ações.

Maria Cecília de Souza Minayo. *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens seguintes, acerca da construção de indicadores.

- 90** A elaboração dos indicadores é considerada uma atividade essencialmente técnica, com características positivistas que não permitem a interferência de visões e interesses dos diversos atores envolvidos nas ações avaliadas.
- 91** Indicadores são sinalizadores que expressam sinteticamente a totalidade do real em avaliação e, por isso, trazem certezas absolutas quanto aos resultados de uma ação ou de um processo.
- 92** Quando considerados sob o ponto de vista quantitativo e qualitativo, os indicadores referem-se a aspectos tangíveis, como renda, escolaridade, forma de organização e gestão, legislação, entre outros, e intangíveis, como consciência social, auto-estima, valores, atitudes, liderança, protagonismo, cidadania etc.
- 93** Um sistema de indicadores deve levar em conta a duração do projeto de avaliação e os recursos disponíveis, na medida em que esses aspectos interferem na escolha de determinados indicadores.
- 94** A experiência comprova que, em investigações avaliativas de projetos semelhantes, os avaliadores devem aproveitar os sistemas de indicadores anteriormente construídos, de modo a ganhar tempo e economizar recursos.
- 95** Uma forma de facilitar a avaliação é utilizar dados coletados pelas instituições — que geralmente têm o nível de detalhamento desejado pelos avaliadores — como fontes para os dados que embasarão os indicadores.

Julgue os próximos itens, acerca do absenteísmo, considerado em função de sua complexidade, como um dos grandes problemas dos gestores das mais diversas áreas, tanto em instituições públicas como em instituições privadas.

- 96** A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define o absenteísmo como a falta ao trabalho por parte de um empregado e o absenteísmo por licença médica como período de ausência ao trabalho atribuída a uma incapacidade do indivíduo.
- 97** As causas do absenteísmo justificam-se plenamente na atitude do empregado, e sua compreensão deve estar desvinculada da organização, da supervisão ou de estilo de gerenciamento na empresa.
- 98** O absenteísmo pode estar relacionado a fatores de risco como tabagismo, hipertensão arterial, abuso de álcool e à categoria profissional em que o trabalhador encontra-se inserido.
- 99** Por apresentar características de comportamento essencialmente individual, a ausência ao trabalho não influencia negativamente a equipe a que o trabalhador está vinculado.

Julgue os itens a seguir, referentes ao monitoramento ou ao acompanhamento avaliativo em projetos sociais.

- 100** O monitoramento acompanha processos e atividades previstos no plano de ação, com vistas a ajustes e correções imediatas no desempenho do projeto.
- 101** Restringir-se a fatores técnico-instrumentais, sem examinar variáveis de tipo social e cultural, é uma das estratégias que garante o sucesso de um acompanhamento avaliativo.
- 102** Como os produtos ofertados, os sistemas gerenciais adotados e as competências organizacionais devem ser avaliados somente ao final do projeto, não se justifica sua inclusão no monitoramento.
- 103** Para a consecução do monitoramento é necessário estabelecer, desde o início do projeto, um sistema de informação operativo e gerencial que permita o acompanhamento processual do projeto.

Com base nos dispositivos do Estatuto do Idoso, julgue os itens seguintes.

- 104** Ao apresentar as principais exigências relativas ao regime de atendimento das entidades de assistência ao idoso, o estatuto não estabelece os requisitos de adequação das instalações físicas que recebem os idosos.
- 105** O estatuto determina pena de três a seis anos de detenção e multa para quem deixar de prestar assistência ao idoso; em situação de iminente perigo, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, ou para quem recusar, retardar ou dificultar sua assistência à saúde, sem justa causa, ou não pedir, nesses casos, o socorro de autoridade pública. A pena é dobrada quando a omissão resultar em morte do idoso.
- 106** Como o estatuto foi criado sob a égide do neoliberalismo, que delega ao mercado a regulamentação da vida econômica e deixa o social cada vez mais subordinado aos interesses do capital, os benefícios que privilegiam o idoso em relação aos demais segmentos da sociedade provocam uma diminuição do apoio a esses segmentos ou exigem financiamento adicional.
- 107** Por ter o formato e a força de um código, o Estatuto do Idoso prevalece sobre a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Tocantins, o que significa dizer que as funções previstas no estatuto para o MP devem ser exercidas independentemente de determinação da respectiva lei orgânica.

Acerca do entendimento que o profissional de serviço social vem procurando explicitar quanto à sua função e ao seu papel nas sociedades capitalistas, julgue os itens subseqüentes.

- 108** Por um longo período, a natureza da profissão era definida de maneira auto-explicativa, o que reduzia seus componentes básicos a conhecimentos e valores, método, objeto e objetivos. A profissão era, então, considerada essencialmente prática, exigindo para o agir profissional um quadro de referências teórico-valorativas.
- 109** Ao agir em organizações públicas e privadas dos quadros dominantes da sociedade cujo campo de atuação é a prestação de serviços sociais, o assistente social exerce uma função eminentemente educativa e organizativa nas classes trabalhadoras, com o objetivo de transformar a maneira de ver, agir, comportar-se e sentir dos indivíduos em sua inserção na sociedade.

No que se refere à dimensão ética como componente fundamental do projeto profissional do serviço social, julgue os itens que se seguem.

- 110** Historicamente, os profissionais costumam lançar mão do código como ferramenta única e exclusiva, de maneira que a ética profissional se transforma em um conjunto de obrigações formais, atitude que deve ser considerada um equívoco resultante de uma visão ética legalista.
- 111** O conjunto de valores expresso no atual Código de Ética do Assistente Social é fruto da imposição ideológica de um determinado segmento da categoria, o que vem dificultando sua aceitação e sua legitimação individual.
- 112** Nos limites profissionais, o código atual assinala os princípios (liberdade e justiça social) e o campo de mediações possíveis a um projeto profissional: a realização dos direitos sociais de forma democrática, responsável e competente.

Com relação às concepções acerca da entrevista de ajuda ou entrevista não-diretiva, julgue os próximos itens.

- 113** Para que a entrevista seja adequadamente conduzida, exige-se do entrevistador a superação das dificuldades interiores pessoais e morais que podem paralisar sua disponibilidade no desenvolvimento da entrevista.
- 114** O entrevistador deve centrar-se no entrevistado por meio da adoção sistemática de uma atitude de acolhimento, receptividade e não-iniciativa.
- 115** O entrevistador deve deixar que o entrevistado se expresse livremente, concentrando-se de forma objetiva no problema que ele apresenta e não na relação ou significado que atribui a esse problema.

Acerca da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE/TO), julgue os itens a seguir.

- 116** De acordo com o princípio da indivisibilidade, os membros do MPE/TO constituem um conjunto indivisível; conseqüentemente, o ato praticado por um de seus membros, no exercício de suas funções, é praticado em nome de toda a instituição.
- 117** A estrutura orgânica do MPE/TO compreende os órgãos de administração superior e órgãos de execução. Os órgãos auxiliares, por serem vinculados ao Poder Executivo estadual, não integram o MPE/TO.
- 118** Nos primeiros dois anos de exercício do cargo, a conduta e o trabalho de membro do MPE/TO são avaliados em estágio probatório. Cumpridos os trâmites legais pertinentes, o membro do MPE/TO pode ser exonerado por ato do procurador-geral de justiça, após decisão desfavorável ao vitaliciamento proferida pelo Conselho Superior.
- 119** As hipóteses de impedimento que regulam a atuação dos órgãos jurisdicionais não vigoram para o promotor de justiça, podendo os membros do MPE/TO servir conjuntamente com juiz ou escrivão com os quais tenham relação de parentesco, como, por exemplo, cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- 120** Se, no curso de investigação, houver indício de prática de infração penal por parte de membro do MPE/TO, a autoridade policial, civil ou militar, pode prosseguir em sigilo com as diligências até a conclusão do procedimento investigatório, quando, então, deve proceder a remessa dos autos ao procurador-geral de justiça.

